

Existem modos e modos de definir e historiar o anarquismo. Uma iniciação pela literatura disponível sobre o tema certamente encontrará autores que se valem de distintas formas. Um modo bem comum é inscrever o anarquismo no rol das práticas e discursos de uma ética humanista independente de condições sociais e históricas, que vai se dando como luta eterna e ideal. Outros fazem uma pré-história que se presta à critérios perigosos na gênese das idéias libertárias, tomando autores que nem sequer utilizaram o termo anarquista e, em muitos casos, foram batizados como tal pelos historiadores. É o caso de Godwin, Stirner, Tolstói, etc.. Alguns, como Stirner, eram liberais radicais e, mesmo Proudhon pouco utilizou a definição de anarquista, preferindo sempre se autodenominar socialista.

Mais do que nos dar uma polêmica pra resolver, nosso objetivo aqui é dar uma visão geral sobre a corrente libertária desde os critérios de uma organização militante que declara identidade com a tradição revolucionária anarquista.

Foi no século XIX, quando o capitalismo se desenvolvia e as primeiras grandes lutas da classe operária tinham lugar que a ideologia anarquista nasceu e ganhou expressão em práticas políticas de oposição ao socialismo legalista, estatista ou reformista. Nessa elaboração estava a Ala Federalista da 1º Internacional com M. Bakunin, J. Guillaume, E. Malatesta, entre outros, como suas primeiras forças militantes.

O anarquismo é a corrente libertária do movimento socialista, forjado historicamente na experiência viva da luta de classes como crítica, proposta e ação. Como projeto de emancipação social não ficou casado com o passado como um dogma. Ganhou variantes na sua dinâmica, agregou elementos de discurso para pensar novas circunstâncias histórico-concretas e se deu modos específicos de organizar e expressar as aspirações de socialismo e liberdade nos conflitos sociais segundo seu tempo e lugar. É a referência histórica de um tronco de princípios e fundamentos que marcam a continuidade dessa tradição revolucionária na luta global contra o capitalismo e seus modelos de dominação.

O texto para estudo que apresentamos nesta publicação é uma tentativa de discutir a corrente libertária em seus fundamentos teóricos-doutrinários e as variantes como foram se dando, distinguir uma da outra e desmontar conceitos imputados ao anarquismo. Foi produzido ao final dos 90 por compas de São Paulo, com algumas revisões feitas para esta edição. É tão somente um primeiro contato, para conhecer e estimular o desenvolvimento da formação de cada companheiro.

## **O individualista**

O individualismo é um caso aparte por onde vamos começar. De acordo com esta posição, a organização da futura sociedade libertária deveria obedecer ao princípio da irrestrita liberdade individual, aspiração mais elevada da causa. Radicalmente contrários à ordem social vigente e às instituições que a resguardavam, sobretudo o Estado, os anarquistas individualistas opunham-se com igual vigor às tendências do movimento revolucionário da época, que pretendiam mudar a sociedade ao custo de algumas limitações à liberdade pessoal.

Essa intransigência, além de colocar a escola individualista em flagrante antagonismo com as teses marxistas, se indispunha com muitos dos próprios anarquistas, defensores da idéia de se fundar uma sociedade libertária segundo os princípios mutualista, coletivista e comunista. Alguns individualistas, como Benjamim Tucker, chegaram ao extremo de rejeitar o direito de se intitulem anarquistas qualquer um que se pautasse por projetos sociais ou coletivos, como Bakunin e Kropotkin.

O anarquismo individualista tem suas bases teóricas fundamentais nos escritos de Max Stirner, para quem o ideal é o egoísta: o homem que se realiza a si mesmo em conflito com a coletividade e com os outros indivíduos, que não foge do uso de nenhum meio na luta de qualquer um contra todos. Que impiedosamente avalia qualquer coisa do ponto de vista do seu bem e que, tendo proclamado a sua soberania, pode formar com outros indivíduos que pensam como ele uma 'união dos egoístas', sem normas nem regras, para providenciar as questões de interesse comum. Max Stirner publicou sua obra fundamental, *O Único e Sua Propriedade* em 1843.

Os anarquistas individualistas em geral consideram sociedade e Estado igualmente opressivos, qualquer forma coletiva é opressiva. Daí a rejeitarem qualquer forma de organização social ou política hoje ou para o futuro. Baseiam-se na convicção de que a libertação, antes de ser coletiva e material, tinha que ser individual e mental.

Para os individualistas o interesse individual é a medida de todas as coisas, e pelo fato de predominar entre os homens a diversidade de interesses, conclui-se, conseqüentemente, que além de inviável era indesejável pretender "corrigir" a situação recorrendo a fórmulas socializantes.

Motivado unicamente pelo seu próprio interesse, o indivíduo não se ocupa com o bem-estar da sociedade; utiliza-se dela para alcançar a sua felicidade. Seus objetivos não são políticos nem sociais, mas tão somente egocêntricos. Não há nada de comum entre os homens; a singularidade constitui atributo da natureza humana, e

é justamente essa característica que deve ser cultivada e estimulada.

Na perspectiva individualista, a coletividade é vista sempre com indisfarçável desconfiança, pois encarna o fator que maior transtorno provoca para a plena realização pessoal. Não era por outra razão que os anarquistas individualistas afirmavam ser a sociedade o maior inimigo do indivíduo.

É contra-senso buscar a conciliação entre os interesses individuais e os interesses coletivos e não passa de uma insensatez desejar que estes predominem sobre aqueles. Contra-senso e insensatez pois tais interesses coletivos simplesmente não existem.

Para os individualistas existia uma forte razão para a rejeição dos projetos sociais formulados pelos demais anarquistas: em qualquer das modalidades de anarquismo social seria preciso admitir uma instância de poder capaz de definir procedimentos coletivos. Com isso o indivíduo se veria subordinado a um emaranhado conjunto de interesses estranhos já que os seus objetivos particulares não coincidem com os da coletividade.

A propostas desta corrente enxerga o anarquismo como uma postura de vida, de comportamento e não como projeto social. Os individualistas podem ser pacíficos e buscar sua realização através de várias formas como: vegetarianismo, esperanto, naturalismo, espiritismo, ioga, tendências orientalistas, etc. Ou ainda podem ser violentos como os adeptos da ação direta individual do final do século passado.

Os anarquistas individualistas são marcados por uma crítica e uma prática negativista, uma vez que propor qualquer coisa seria construir amarras para a liberdade. Outra característica básica é o espontaneísmo, que na verdade é uma decorrência desta visão. Por isso sempre rejeitam o que se refere à organização e compromisso.

### **Mutualismo em Proudhon**

O modelo mutualista de Proudhon ocupa uma posição intermediária entre o modelo individualista e os modelos posteriores de Bakunin e Kropotkin. Proudhon tinha em elevada consideração a questão da liberdade individual, assim como reconhecia a condição de singularidade do homem. A preservação desses valores sempre foi, aliás, um ponto de honra para ele.

Todavia, por entender inexequível, não apoiava as idéias de se criar um sistema sócio-econômico baseado num grau elevado de isolamento dos produtores independentes. Começaram, desse modo, a ser introduzidas no pensamento anarquista modernas restrições ao modelo individualista extremado, admitida a idéia de que, em certa medida e proporção, a prática do princípio associativo entre os homens seria desejável para a preservação da sua liberdade individual e da singularidade pessoal. Adotou-se, dessa maneira, a idéia de um sistema mutualista, título emprestado da organização dos operários da indústria têxtil francesa.

De acordo com Proudhon, não se podia ignorar o fato da vida social moderna consistir numa complexa teia de relações individuais e sociais, de sorte que a estrutura societária, queira ou não o indivíduo, corresponde a uma situação de constante e delicado equilíbrio entre os interesses particulares e os interesses coletivos.

Em outras palavras, a dinâmica inerente à vida social oscila, permanentemente, entre as tendências associativas e as tendências individualistas, isto é, egoístas, ambas responsáveis, conjuntamente, para que se concretizem as condições propícias à sobrevivência e desenvolvimento do indivíduo e do corpo social. Para implantar o modelo mutualista e destruir o Estado havia um caminho: multiplicar a formação de associações de produtores livres e independentes.

O problema da propriedade ocupava um lugar especial nos planos de uma sociedade organizada segundo o modelo anarquista mutualista. A insistente repetição de certas expressões e passagens do mais divulgado texto de Proudhon *O Que é a Propriedade?* sobretudo da conhecidíssima resposta '-o roubo' - tem favorecido conclusões tão apressadas quanto equivocadas.

Proudhon distinguia duas modalidades de propriedade: a propriedade 'domínio' e a propriedade 'posse'. A primeira garante o direito absoluto sobre as coisas; é propriedade acumulada usada para explorar o trabalho alheio, sem qualquer esforço do proprietário. Em outras palavras, é a propriedade capitalista.

A segunda representa o direito que o homem tem de controlar efetivamente o lugar onde habita, a terra e os instrumentos de que necessita para viver e trabalhar. Esta modalidade de propriedade é por ele defendida; aquela é condenada.

Favorável à supressão da propriedade e à expansão da posse, Proudhon desejava expandir a posse e esta por sua própria generalização se tornaria a base e a mola de todo o sistema social. Para Proudhon, a propriedade enquanto posse, era a base da liberdade pessoal, era uma espécie de garantia de contrapeso à força representada pela coletividade.

É evidente que Proudhon não desejava premiar a propriedade, estava preocupado com o produtor. Queria formar uma sociedade de produtores independentes que poderiam constituir e administrar associações voluntárias, isto é, federações autogeridas de produtores autônomos.

Coroando tal organização, um papel destacado caberia ao *Banco do Povo*, a única instituição centralizada do sistema. Este banco seria controlado, evidentemente pelos próprios produtores, forneceria o crédito indispensável,

administraria a circulação da produção e emitiria os “cheques-trabalho”, cujo valor corresponderia ao trabalho efetivamente despendido pelo produtor.

O processo de avanço rumo a esta sociedade se daria gradualmente. Os trabalhadores deveriam constituir associações cooperativas que aos poucos iriam se alastrar até que o sistema se alterasse. Proudhon era contra o uso da força e pensava numa revolução pacífica, também era contra a formação de partidos ou organizações políticas dos trabalhadores. Para ele as organizações protagonistas das mudanças deveriam ser organizações econômicas.

## **O anarquismo coletivista de Bakunin**

O coletivismo de Bakunin confronta postulados presentes nos individualistas e mutualistas e funda a corrente libertária como teoria revolucionária. Muitos individualistas chegaram a descaracterizar Bakunin como anarquista, mas, devido ao crescimento do bakuninismo, fracassaram uma vez que o coletivismo se tornou referência de anarquismo por sua prática política.

O principal rompimento está posto na relação indivíduo-sociedade. Os individualistas e os mutualistas enxergam a sociedade como um mal (mal absoluto para os individualistas e mal necessário para Proudhon). Estas idéias estão assentadas na concepção de que o homem era livre por natureza e a sociedade é que o torna 'mau' e priva-o da liberdade. Os individualistas, assim como o próprio Proudhon, somente aceitavam a associação quando ficava evidente sua necessidade. Divergiam apenas quanto a avaliação do grau desta necessidade.

Na verdade esta concepção tem suas raízes no liberalismo. Para o pensamento liberal, que é uma ideologia do capitalismo, a liberdade individual é sempre ameaçada pelo outro. A liberdade das pessoas parece ser demarcada como uma propriedade privada. É conhecido o velho ditado: "a sua liberdade termina onde começa a do outro". Nesse tipo de concepção o outro é sempre uma fronteira, um limite, um impeditivo a realização da liberdade. O outro aparece sempre como um inimigo, como um concorrente, sempre na iminência de tomar uma fatia de nossa liberdade. E a própria lógica da concorrência capitalista que se mostra neste tipo de pensamento.

Esta concepção está baseada numa falsa idéia do pensamento iluminista e liberal. Na verdade é uma idealização. Rousseau, por exemplo, imaginava que o homem nascia livre e a sociedade limitava sua liberdade. Esta idéia supõe um homem que já nasce com uma liberdade individual que depois lhe é tirada. É como se a sociedade fosse um obstáculo à liberdade do indivíduo. Para reaver esta liberdade precisaríamos “voltar às origens”. Bakunin sempre criticou estas idéias de Rousseau onde a *liberdade de cada um é o limite ou a negação natural da liberdade de todos os outros*.

Bakunin, ao contrário de Rousseau, partindo não de uma idealização, mas de própria história humana, percebia que o homem não nascia livre e, portanto, não possuía nenhuma liberdade anterior à sociedade. A idéia de um homem anterior à sociedade era absurda para Bakunin, o homem já nasce como um ser social. Segundo Bakunin mesmo *o homem mais dotado da natureza, não recebe mais que faculdades, mas estas permanecem adormecidas se não forem adubadas pela ação benéfica e poderosa da coletividade*.

Dessa forma chegamos a conclusões opostas sobre a relação entre o indivíduo e a coletividade. Para Bakunin a sociedade é o que potencializa a *liberdade individual: entendo esta liberdade de cada um que, longe de parar como diante de um marco, diante da liberdade de outrem, encontra aí sua confirmação e sua extensão ao infinito*.

Fica claro que dentro do capitalismo a liberdade das pessoas é limitada por uma série de fatores. A liberdade possível dentro desse quadro é bem limitada, a menos que alguém se contente com uma liberdade bem abstrata. Ou então, é conseguida - direta ou indiretamente - ao custo de exploração e miséria alheia.

É uma falsa polêmica opor indivíduo e sociedade, uma vez que a realização da liberdade de um indivíduo se dá socialmente. A verdadeira oposição existente se dá entre os que desejam realizar sua liberdade individual às custas da sociedade - individualismo - e aqueles que pretendem realizar sua liberdade individual em solidariedade com os demais.

Parte daí o coletivismo. A partir de então se marca uma postura distinta entre os anarquistas. Embora os individualistas e mutualistas continuem a existir por mais tempo, e mesmo hoje existam sob outras formas e rótulos, é a concepção sobre a forma de realização da liberdade que demarca uma fronteira na corrente libertária.

Várias são as derivações disso. A sociedade não é vista como um mal, ao contrário, é na sociedade que se realiza a liberdade. O isolamento do indivíduo, isto sim, é a sua escravidão. Bakunin diferencia claramente a sociedade do Estado. A sociedade expande o indivíduo, o Estado limita, reprime.

Outro rompimento é a condenação da propriedade privada sob todas as suas formas, inclusive a posse de Proudhon. Bakunin revelou sensibilidade bem maior do que Proudhon ao fenômeno da produção fabril em grande escala. Esta deveria ser inquestionavelmente, a base da economia do futuro, e não a produção artesanal, historicamente ultrapassada.

Consequentemente não era mais possível sustentar as idéias da vida social se reproduzindo com base nas pequenas unidades produtivas. Uma economia de tipo artesanal admitia a pequena propriedade individual, mas uma economia industrializada em grande escala não. Num mundo altamente industrializado, a sociedade deveria garantir uma igualdade de condições iniciais para todos, o que poderia ser conseguido abolindo-se a propriedade dos meios de produção. Em outros termos, enquanto para Proudhon a propriedade individual generalizada era uma garantia de igualdade, para Bakunin essa igualdade supunha o desaparecimento da propriedade individual.

Ressaltamos também em Bakunin a idéia de um partido/organização de vanguarda/minoria ativa como era a Aliança da Democracia Socialista atuando por dentro de uma outra organização de massas, a Internacional. Também vale lembrar a sua valorização das possibilidades revolucionárias em países atrasados economicamente, em franca oposição as teses de Marx, para quem a revolução só viria nos países adiantados.

A principal contribuição dele, no entanto, centrou-se na crítica ao Estado e uma possível ditadura do proletariado proposta por Marx.

### **O anarco-comunismo de Kropotkin**

No final do século XIX o anarquismo ganhou uma nova corrente que se chamou *anarco-comunista*. Esta nova corrente pode ser considerada um prolongamento do anarquismo coletivista de Bakunin.

O mais importante e conhecido teórico do comunismo anarquista foi Kropotkin. Para o seu círculo de militantes não havia nenhuma incompatibilidade na proposta de combinar a anarquia com o comunismo; isso não representava, absolutamente, qualquer ameaça à liberdade individual, conforme temiam. Ao invés disso, comunismo e anarquismo eram considerados fenômenos sociais que se completavam mutuamente e que se faziam mutuamente possíveis e aceitáveis.

A nova tendência alcançou imensa repercussão na corrente libertária. Grande parte do embasamento da teoria de Kropotkin estava em sua obra *O Apoio Mútuo como fator de progresso entre os animais e os homens*, considerada a obra teórica mais importante do anarco-comunismo. Ao investigar as condições de sobrevivência no reino animal, o geógrafo e naturalista Kropotkin se impressionou com a “extraordinária dureza da luta pela existência” que a maioria das espécies deve sustentar contra a natureza inclemente'. Todavia, ele confessa não ter encontrado “nenhum sinal de luta cruel pelos meios de subsistência entre os animais pertencentes a uma mesma espécie”, fenômeno que a maioria dos darwinistas considerava o traço dominante e característico da luta pela vida e a principal força ativa do desenvolvimento gradual no mundo dos animais.

No lugar dessa terrível e suposta luta pela sobrevivência dentro dos limites de uma mesma espécie, Kropotkin afirma ter observado a predominância “do apoio e da ajuda mútua”. Consequentemente passou a refletir a respeito da enorme importância desses fenômenos para a economia da natureza, para a manutenção da existência de cada espécie, para a conservação de cada membro e para o futuro do grupo.

Para os adeptos do anarquismo comunista, os estudos de Kropotkin serviram para a futura sociedade libertária. A distância dos planos dos anarquistas individualistas extremados é enorme, conforme se percebe. Não se parte da hipótese de luta permanente entre os indivíduos, nem da idéia de um egoísmo natural.

Em termos concretos, o anarco-comunismo teve algumas derivações políticas. Por acreditar que a espécie humana, necessariamente para evoluir, caminhava rumo à generalização do apoio mútuo, Kropotkin cai, assim como grande parte dos intelectuais do século XIX, no evolucionismo e no cientificismo. Não era como para Marx, uma evolucionismo econômico, das forças produtivas, mas era um evolucionismo da espécie, naturalista.

Esta visão de mundo conduziu ao espontaneísmo. Se a sociedade caminha para o anarquismo naturalmente, para que se organizar para lutar pelo socialismo? Grande parte dos anarco-comunistas ficaram então restritos aos círculos intelectuais, centros de cultura, academia, revistas e publicações, tendo pouca atuação prática. Na revolução russa, por exemplo, ficaram inertes e à parte do movimento, e nada tiveram que ver com os anarquistas ucranianos ou de Kronstadt, por exemplo.

### **O anarco-comunismo de Malatesta**

Discípulo de Kropotkin, Errico Malatesta vai injetar novo sangue no anarco-comunismo. Depois de compactuar com as concepções de Kropotkin, Malatesta faz várias críticas sobre o aspecto evolucionista, cientificista e espontaneísta e dá ao anarco-comunismo novo impulso, trazendo para ele uma noção organicista e voluntarista.

Malatesta organizou sindicatos e federações e resgatou a noção de Partido Anarquista. Isso fez com que o

anarco-comunismo deixasse de estar à parte das massas e passasse a ter forte influência no meio operário O anarquismo passou a falar a linguagem do povo e adotar uma prática concreta.

Esta tendência se expandiu bastante pela Europa e chegou na América Latina também, exercendo forte influência na Argentina e no Uruguai por onde Malatesta passou.

## **O Sindicalismo Revolucionário**

O modelo clássico do sindicalismo revolucionário é a CGT francesa do início do século, seu estatuto ficou conhecido como *Carta de Amiens*. É bom ressaltar logo de cara que existe uma grande confusão entre *sindicalismo revolucionário* e *anarco-sindicalismo*, e que entre eles há grandes diferenças. Para o *sindicalismo revolucionário*, o sindicato é o organismo revolucionário em si. A proposta desta corrente pretende abolir a propriedade privada e substituir o Estado na gestão da sociedade. Preconizavam a greve geral revolucionária como estratégia para a revolução, não mencionava a insurreição violenta de maneira clara. As táticas compreendiam o boicote, a sabotagem e a greve.

O sindicato para eles deve ser apenas revolucionário, não deve ser anarquista, socialista nem comunista; pretende ser neutro. Também consideram desnecessária organização dos anarquistas independentemente dos sindicatos. Para eles a atuação dos anarquistas deve se dar como indivíduos dentro do sindicato e não como grupos, coletivos, federação ou partido anarquista. Nesta concepção o sindicato é apartidário e apolítico.

A CGT francesa decaiu bastante após a 1ª guerra mundial. O modelo se revelou frágil pois era suscetível de sofrer o domínio de uma minoria organizada em partido, tornou-se reformista depois de 1ª guerra mundial. Este foi o modelo que prevaleceu no início do sindicalismo do Brasil. A COB tinha estatutos que se baseavam na *Carta de Amiens*. Portanto, no Brasil haviam anarquistas sindicalistas e não anarco-sindicalistas, o que era bem diferente. Nos congressos da COB, Edgarg Leurenroth defendeu que o sindicalismo não deveria ser anarquista, e que os anarquistas deveriam estar dentro do sindicalismo. Na época já existia a proposta de que o sindicato deveria defender explicitamente princípios anarquistas. Portanto a COB de início do século no Brasil não era *anarco-sindicalista*, mas *sindicalista revolucionária*.

## **Anarco-Sindicalismo**

Partiu do modelo francês da CGT e concordava com a idéia dos sindicatos gerirem a sociedade pós-revolucionária. A grande diferenciação é que o sindicato passou a ser não apenas revolucionário, mas anarquista. No seu estatuto constava o objetivo de se chegar ao comunismo libertário. O trabalhador que se filiava passava a ser anarquista, ou ao menos se identificava com o anarquismo. Diferentemente do *sindicalismo revolucionário* os *anarco-sindicalistas* tomam posições claras sobre partidos e eleições e não se limitam a neutralidade. Ao invés de serem apartidários e apolíticos eles são anti-partidários e anti-políticos.

A estratégia falava não apenas em greve geral, mas em insurreição violenta das massas. São modelos de *anarco-sindicalismo*: a CNT espanhola partir do Congresso de 1919 quando assim se define, a FORA (Federación Obrera Regional Argentina) que assim se define em seu 5º Congresso e a FORU (Federación Obrera Regional Uruguia). O anarco-sindicalismo tem em comum com o sindicalismo revolucionário a opção pela atuação sindical e defendia que os anarquistas deveriam estar nos sindicatos e não em organizações específicas anarquistas.

## **Organizações Especificamente Anarquistas**

Esta é uma organização anarquista de caráter político e não sindical ou social. Isto é, tem um programa e uma ideologia claras. Pode ser tanto uma organização de massas como uma organização de minoria ativa; estar dentro ou fora do movimento social.

São exemplos de organização específica de minoria ativa: a Aliança da Democracia Socialista de Bakunin, que atuava por dentro da Internacional; o Partido Anarquista de Malatesta; a FAI de Durruti e Ascaso, que atuava dentro da CNT. Estas organizações se caracterizam por ter um programa definido, um caráter secreto ou clandestino e um critério de ingresso. Também atuavam dentro do movimento social.

Também existem organizações específicas de outro caráter; as várias federações ou grupos anarquistas de caráter aberto, sem critério de ingresso definido, baseadas num federalismo por consenso, e que comportam uma vasta gama de concepções anarquistas no seu interior. Muitas vezes se restringem à pura propaganda, ou exclusivamente à questões culturais, filosóficas, comportamentais e não tem inserção social real ou qualquer militância no movimento social.

## **Polêmicas entre bakuninistas e marxistas na 1ª Internacional**

O caminho que me parece mais fácil para identificar as diferenças entre marxismo e anarquismo talvez seja estabelecer tanto as suas semelhanças quanto as diferenças, com base no caráter do anarquismo e do marxismo à época da 1ª Internacional.

A 1ª Internacional surgiu, na verdade, não com Marx e Engels, mas com um grupo de proudhonianos que, em 1864, fundam em Londres a AIT. A influência proudhoniana era tão forte no movimento operário, que permaneceu na Internacional por vários anos. Marxistas e anarquistas conviveram na Internacional durante quase todo o seu percurso, primeiro os proudhonianos e depois os bakuninistas. Interessante notar que a própria denominação "anarquista" e "marxista" só ganha vigência e marca o vocabulário após a cisão de 1872, quando os bakuninistas são expulsos da Internacional. A denominação vem como forma de "delimitar campo", pois até então todos eram socialistas, ainda que essa diferenciação já ganhasse corpo através dos epítetos de socialistas "libertários" e "autoritários".

E o que unia então estas correntes que hoje se parecem opostas? Alguns pontos poderiam ser enumerados: a consideração de uma sociedade dividida em classes, a exploração econômica como motivadora da divisão social em classes, a necessidade de uma revolução e o recurso à violência para derrotar a burguesia:

*"Anarquistas y marxistas coincidían en creer que para poner fin a estas relaciones de la propiedad tan injustas solo podía lograrse por medio de la revolución. Y aunque que no concebía la revolución sin violencia, la revolución significaba antes que nada liquidar la estructura existente, pero no necesariamente en un supuesto de violencia y a partir de postulados violentos"* (DE JONG, Rudolf. "El anarquismo Español". In: El Movimiento Libertario Español: pasado, presente y futuro. Paris: Ruedo Ibérico, 1974, p.7.)

O Estado é visto como um organismo de classe, a serviço da burguesia e contrário ao proletariado, havendo a necessidade de extinção da propriedade privada dos meios de produção. Tudo isso se encontrava tanto em Marx quanto em Bakunin e, certamente foi isso o que lhes permitiu conviver, mesmo sob conflitos e divergências, durante anos na Internacional. É importante ressaltar que estas semelhanças se referem ao anarquismo bakuninista, tendo pouco a ver com as concepções libertárias de Proudhon e de Max Stirner.

Ironicamente, a idéia da propriedade privada demorou para ser derrubada na Internacional, sobretudo porque os proudhonianos a defendiam. Isso somente aconteceu quando os bakuninistas passaram a apoiá-la decisivamente;

*"Bakunin, por su parte, se separa deliberadamente de Proudhon. En cierto instante, hace contra este último frente único con Marx en el seno de la 1a Internacional. Rechaza el individualismo proudhoniano. Extrae las consecuencias de la industrialización. Se pronuncia por la propiedad colectiva"* (GUÉRIN, Daniel. *Marxismo y Socialismo Libertario*. Buenos Aires: Proyección, 1959, p.16.)

Ressalte-se que este materialismo não é idêntico ao de Marx, o que será examinado mais à diante. Podemos dizer no que tange à análise econômica da sociedade capitalista, que havia acordo entre Bakunin e Marx. Isso tanto é verdade que foi justamente Bakunin o encarregado de traduzir *O Capital* para o russo; Carlos Cafiero, anarquista italiano que fazia parte do círculo mais íntimo de Bakunin na Itália, elaborou a primeira versão popular de *O Capital*, a única aprovada pelo próprio Marx. Portanto, não é no campo da caracterização econômica e estrutural da sociedade que devem ser procuradas as divergências fundamentais entre o anarquismo bakuninista e o marxismo.

As divergências aparecem nitidamente quando falamos em estratégia revolucionária em táticas a empregar. Quando adentrarmos neste campo, as cisões são nítidas e o Estado ocupa lugar central nesta problemática. Há convergência na caracterização de que o Estado só pode ser um organismo de dominação a serviço de uma classe:

*"Para Marx, o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma "ordem" que legalize consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes"* (LÊNIN, Vladimir Ilich. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Hucitec, 1979, p.10.)

Também há convergência num segundo ponto. A determinação econômica sendo a base do Estado, ou seja, o Estado como um aparato que surge para garantir a divisão em classes sociais e continuidade das condições de exploração. Sinteticamente, o econômico, como a estrutura, e o Estado, o político, como superestrutura necessária. A determinação do fator econômico é consensual entre Bakunin e Marx. Mas é justamente a partir deste ponto que se iniciam as divergências:

*'O 'Estado político de todo país, diz ele (Marx), é sempre o produto e a expressão fiel de sua situação econômica, para mudar o primeiro, basta transformar este último. Todo o segredo das evoluções históricas segundo o Sr. Marx. está aí. Ele não leva em consideração nenhum outro elemento da história (...) Ele diz: 'A miséria produz a escravidão política, o Estado'; mas não permite inverter esta frase e dizer: 'A escravidão política, o Estado, por sua vez reproduz e conserva a miséria, como uma condição de sua existência ; assim, para destruir a miséria, é preciso destruir o Estado" (BAKUNIN, Mikhail. Escrito Contra Marx. São Paulo: Novos Tempos, 1989, p.40.)*

O que Bakunin parece querer mostrar é que o Estado, apesar de num primeiro momento ser determinado pelo fator econômico, passa logo a seguir a ser tão determinante quanto o primeiro no processo de manutenção das relações sociais capitalistas. No texto de Bakunin está implícita uma crítica ao que ele considera determinismo em Marx. Parece irônico, mas o que Bakunin cobra, na verdade, é que se analise o papel do Estado de maneira dialética e não mecanicista, pois ele enxerga em Marx o Estado apenas como produto e nunca como produtor das relações econômicas. A Internacional seria palco deste debate, que aflorou através de uma questão aparentemente menor, o direito à herança, mas que no fundo revelava a raiz das divergências:

*"En contra Marx, Bakunin sostenía que, aunque las condiciones económicas eran las que fundamentalmente determinaban las relaciones de propiedad, las instituciones sancionadas por el Estado, como el derecho de herencia, llegaban a tener en el desarrollo histórico un poder determinante secundário por si mismas, de tal modo que no era menos necesario atacarlos que aprovechar el desarrollo de las fuerzas económicas básicas. El ataque a la herencia, concluía Bakunin, era parte de la necesaria lucha contra la institución del Estado como método, y podría ser empleado en favor del objetivo esencial de abolir el gobierno coactivo en todas sus formas." (COLE, GHD. Op. Cit. p. 129.)*

Nesta divergência, está implícito também outro ponto de separação entre anarquistas e marxistas na questão do Estado, a caracterização da máquina estatal e sua utilização. A avaliação de Bakunin é que o Estado é uma máquina que se presta somente à burguesia. Já para Marx, o Estado pode ser utilizado inclusive pelo próprio proletariado em defesa de seus interesses, seria no caso uma máquina dotada de neutralidade, o que permitiria sua utilização. Vejamos estas passagens de Marx e Engels:

*"O proletariado se apodera da força do Estado e começa a transformar os meios de produção em propriedade do Estado. Por esse meio, ele próprio se destrói como proletariado, abole todas as distinções e antagonismos de classe e, simultaneamente, também o Estado, como Estado."*

*"O proletariado aproveitará a sua supremacia política para arrancar, pouco a pouco, todo o capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado em classe dominante, e para aumentar o mais rapidamente possível a quantidade de forças produtivas." (Apud Vladimir Ilich Lênin. Op. Cit. pp. 20-30.)*

A diferença é nítida. Para Marx o Estado não tem uma dinâmica burguesa própria. A partir do momento em que as relações capitalistas de produção e as classes sociais deixarem de existir, o Estado "definha", "desaparece", morre de morte natural, poderíamos dizer que os marxistas:

*"(...) por sus aspiraciones finales se acercan más a los anarquistas, odian al Estado pero lo reputan un simple engranaje de la máquina capitalista que caerá con la destrucción de esta como una hoja seca en el otoño. (...) creen también inútil preocuparse por el problema estatal. Este descuido hace que en ellos se desarrolle poco sentimiento de libertad o que a su partido sean atraídos muchos elementos antilibertarios. La conquista de la libertad es para ellos una palabra vacía de sentido. A veces llegan a ver en la libertad una fuerza antagónica com el socialismo. Según ellos es inútil, poco científico y utópico preocuparse por la conquista de la libertad que "vendrá por sí" con solución de la cuestión económica." (FABBRI, Luigi. Dictadura y Revolución. Buenos Aires: Proyección, 1967, p.60.)*

Já para os anarquistas, o Estado seria capaz de reconstituir relações de exploração e dominação mesmo com a alteração da estrutura econômica e, portanto, precisaria também ele ser destruído. Para os anarquistas, ele não morre, precisa ser morto. Malatesta, que pertenceu a mesma corrente de Bakunin, assim expressava esta concepção:

*"(...) Propriedad individual y poder político son los dos anillos de la cadena que oprime a la humanidad. No es posible libertarse de uno de ellos sin libertarse del outro. Abolid la propiedad individual sin abolir los gobiernos y aquella se reconstituirá por obra de los gobernantes. Abolid el gobierno sin abolir la propiedad individual, y los propietarios reconstituirán el gobierno."* (Apud Luigi Fabbri. *Dictadura y Revolución*. Buenos Aires: Proyección, 1967, p.63.)

Destas divergências sairiam diferentes conclusões políticas; diferentes tipos de estratégia, tática e, conseqüentemente, organização social e política. Para os anarquistas e marxistas, a revolução chega por caminhos diferentes. Para os anarquistas, a ruptura se inicia com a expropriação da propriedade privada dos meios de produção e a coletivização exercida diretamente pelos trabalhadores, paralelamente à destruição do Estado.

Para os marxistas, chega-se ao socialismo com a tomada do poder estatal e, a partir de lá, utiliza-se a superestrutura, o Estado, para alterar a estrutura econômica. São caminhos bem distintos, muito embora ambos objetivem ao final do processo o fim da propriedade e do Estado, as estratégias são bem diversas, e em muitos casos inconciliáveis.

Vale ressaltar a derivação existente dentro do próprio marxismo, que tomou a forma do bolchevismo e o que se chamou reformismo. A diferença básica, a partir da qual derivam outras, é a estratégia para se chegar ao Estado. No caso do reformismo, admite-se a via eleitoral e pacífica, no bolchevismo acredita-se que somente através da insurreição das massas é possível a conquista do Estado.

Na idéia de conquistar o Estado, os anarquistas viam a sobrevivência de uma idéia mais antiga: o espírito burguês jacobino. Marx estaria dessa forma impregnado de elementos jacobinos, muito embora seja absurdo dizer que ele próprio fosse um jacobino. Daniel Guérin caracteriza assim este "espírito jacobino":

*"Por el 'espíritu jacobino' debe entenderse, a mi juicio, la tradición de la revolución burguesa, de la 'dictadura' desde arriba de 1793, un tanto idealizada y no muy bien diferenciada de la 'dictadura' desde abajo. Y, por extensión, debe entenderse también la tradición del conspirativismo babuvista y blanquista, que toma las técnicas dictatoriales y minoritarias propias de la revolución burguesa para ponerlas a servicio de una nueva revolución"* (GUÉRIN, Daniel. Op. Cit., p.52.)

Essa consideração parece-me coerente uma vez que Marx não apenas defende a tomada de um poder de Estado, mas defendeu claramente o estabelecimento de urna ditadura do proletariado. É bom frisar que não encontramos nos escritos de Marx uma teorização sobre o que seria esta 'ditadura do proletariado', como já era possível observar em Lenin. Mas sem dúvida era uma ideia já presente. Marx e Engels à época da publicação do *Manifesto Comunista* estavam bastante próximos dos blanquistas:

*"Marx e Engels, aunque contrários a la concepción minoritarista y voluntarista de los blanquistas, hicieron a estos la concesión de apropiarse de su famosa formula en 1850, llegando en ese mismo año hasta el extremo de identificar comunismo y blanquismo"* (Luta de Classes na França, p.147, citado por GUÉRIN. D. *Marxismo y Socialismo Libertário*. Buenos Aires: Proyección, 1959, p.37.)

O próprio Marx altera suas caracterizações deste novo Estado, que ele chamava de "Estado Popular". Logo após a Comuna de Paris, em sua obra *Guerra Civil na França*, Marx parece enxergar na Comuna a nova forma de organização social, e parece mostrar dúvidas sobre a caracterização da Comuna como um Estado:

*"O Estado transformou-se numa coisa que já não é, propriamente falando, o Estado."* (Citado por LÊNIN, VI. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Hucitec, 1979, p.53.)

Para Bakunin não havia dúvida alguma sobre o caráter da organização social que aflora na Comuna de Paris. A Comuna nada tinha de estatal, não só para os bakuninistas, como para a maioria daqueles que compunham a Internacional'. O conteúdo de *Guerra Civil na França* marca a maior aproximação teórica ocorrida entre Bakunin e Marx, é um momento em que Marx parece estar bem distante do conteúdo do *Manifesto Comunista* e aproxima-se das concepções libertárias. Essas oscilações de Marx explicam-se em parte pelo próprio contexto histórico da época. Em muitos momentos, Marx aproxima-se mais dos blanquistas e revela seu caráter mais autoritário; em outros momentos, aproxima-se mais de Bakunin e suas posições tomam outro conteúdo. Daniel Guérin chega a dizer que:

*"(...) el propio marxismo jamás llegó a resolver esta contradicción. Hay en él una reta de espíritu libertário y outra de espíritu jacobino, o autoritario"* (GUÉRIN, Daniel. Op. Cit., p.50.)



Portanto, não se trata de uma mera especulação discutir a ditadura do proletariado já em Marx. Todo o centro do debate entre Bakunin e Marx versou sobre a questão do Estado e da Ditadura do Proletariado. Negar a importância desta questão, colocando-a como uma inovação leninista, seria ao mesmo tempo negar uma das principais discussões que estiveram na base da cisão da Internacional.

Quando se discute ditadura do proletariado, discute-se a organização do processo revolucionário em si, ou seja, o que substitui o Estado burguês após a insurreição. Existem várias críticas ao conceito de ditadura do proletariado, partindo de diferentes posições políticas e objetivando diversos alvos dependendo do caso.

Uma crítica das mais comuns parte do campo reformista e tem como alvo a questão da violência revolucionária. Esta crítica considera descabida a utilização da violência por parte da massa no processo revolucionário. A resposta para esta argumentação é clássica e já foi enunciada por diversos autores marxistas, desde Marx e Engels até Lênin e Trotsky. Sinteticamente, afirma a necessidade da violência para a derrubada da burguesia, o que não pode se dar de outra forma.

Quando Bakunin, e boa parte dos anarquistas, criticam a ditadura do proletariado, fazem-no logicamente de uma outra posição. No entanto, a resposta a esta crítica obedece a mesma lógica sempre. Os anarquistas são vistos como ingênuos e românticos que não entendem a necessidade de utilização da violência para romper a resistência da burguesia.

É um tipo de resposta que não dialoga, pois não responde aos argumentos levantados, mas sim a outros, como se todos os que se opõem à ditadura do proletariado o fizessem pelo mesmo motivo: o repúdio à violência revolucionária. Ou, então, costuma-se afirmar que os anarquistas querem a liberdade para todos, inclusive para a burguesia e os reacionários, o que seria inadmissível. São argumentos vazios, pois são construídos sobre uma base inexistente e facilmente desmentidos, tanto pelos principais teóricos do anarquismo, quanto pela prática histórica:

*“Libertad también para nuestros enemigos? Se nos pregunta. La pregunta es ingénuo y equívoca. Con los enemigos estamos en lucha, y en pelea no se reconoce al enemigo ninguna libertad, ni siquiera de vivir.”* (FABBRI, Luigi. Op. Cit. p.204.)

*“Las violaciones de la libertad de los cuales nos preocupamos son las cometidas en daño del proletariado y de sus fuerzas revolucionarias de izquierda y de extrema izquierda; no certamente de las manobras sedicentes (...) que favorecen abiertamente a la reacción.”* (Idem. Ibidem, p. 85.)

Mas porquê a resposta vem desta forma? Seria um desconhecimento da real posição anarquista, identificando-a com a posição reformista? Ou seria uma tentativa de se desviar propositadamente do debate, evitando discutir o que realmente está em questão, ou seja, a forma sob a qual se exerce esta violência e não a utilização da violência em si. Seja qual for o motivo - seria muito subjetivo de nossa parte qualquer avaliação - o fato é que se evita a discussão do papel do Estado afinal, na ditadura do proletariado o Estado é o organizador. Bakunin desconfiou desde o início da expressão ditadura do proletariado:

*“O que significa: o proletariado organizado em classe dominante? Quer dizer que estará inteiramente na direção dos negócios públicos? Há aproximadamente 40 milhões de alemães.. o povo inteiro governando, não haverá governados? Então não haverá Estado, mas se houver, haverá governados, haverá escravos.”* (BAKUNIN, M. Textos Escolhidos. Porto Alegre: LP&M, 1983. p. 96.)

Se a ditadura é feita pelo proletariado, que é a maioria na sociedade, então não é uma ditadura, uma vez que a sua vontade é majoritária e suas decisões democráticas. Portanto ditadura e proletariado são termos antitéticos que não se combinam de nenhuma forma.

Outra realidade é uma ditadura em nome do proletariado, o que é bem diferente. A impressão que temos é que é exatamente disso de que nos fala Marx, e depois Lênin. Isso pressupõe a identificação daqueles que ocupam os postos de direção do Estado com a vontade do proletariado e essa identificação pressupõe por sua parte o conhecimento das vontades do proletariado. Bakunin já discordava radicalmente dessa postura de Marx:

*‘Pretender que um grupo de indivíduos, mesmo os mais inteligentes e mais bem intencionados, serão capazes de tornar-se o pensamento, a alma, a vontade dirigente e unificadora do movimento revolucionário e da organização econômica do proletariado de todos os países, é uma heresia tão grande contra o senso comum e contra a experiência histórica, que nos perguntamos com espanto como um homem tão inteligente quanto Marx pode concebê-la’* Idem. Ibidem, p. 90)

Marx propunha um outro Estado: o 'Estado Popular', que será, segundo ele, diferente do Estado burguês. Bakunin questionava até mesmo este Estado: *"Se o Estado for efetivamente um Estado popular, que razões haveria para suprimi-lo? E se por outro lado, sua supressão é necessária para a emancipação real do povo, como se poderia qualificá-lo de Estado Popular"* (Idem. Ibidem, p. 97)

Dizia que mesmo que fosse composto somente de operários este Estado não serviria ao povo:

*"(...) os antigos operários, no momento em que se tornarem governantes ou representantes do povo, cessarão de ser operários e passarão a olhar o mundo do alto do Estado; não representando mais o povo, mas a si próprios e suas pretensões de governá-lo. Quem duvidar é porque não conhece a natureza humana."* (Idem. Ibidem, p. 96)

Já naquela época existiam discussões sobre as possíveis consequências da instituição do Estado revolucionário ou de uma ditadura do proletariado:

*"(...) esta revolução sanguinária baseada na construção de um Estado revolucionário, fortemente centralizado, teria como resultado inevitável, como provaremos mais tarde, a ditadura militar com um novo senhor."* (Idem. Ibidem, p. 81)

Bakunin já antevia as desastrosas consequências em se prosseguir neste rumo, declarando, por isso mesmo, sua oposição às tendências autoritárias:

*"Somos inimigos naturais destes revolucionários, futuros ditadores, regulamentadores e tutores da revolução, que antes mesmo que os Estados sejam destruídos, sonham com a criação de novos estados revolucionários, tão centralizadores e mais despóticos do que os Estados que existem hoje."* (Idem. Ibidem, p. 84)

Apesar destas caracterizações serem bem anteriores à Revolução Russa, é possível enxergar muito do que Bakunin dizia naquilo que se constitui na URSS logo após 1917. As refutações mais claras de Marx e Engels, e depois, disso de Lênin e Trotsky, são até certo ponto bem sinceras e em muitos momentos não dissimulam suas reais intenções, confirmando as análises dos anarquistas. Os argumentos quase sempre chegam por outra via, a dos imperativos e das necessidades. Ou seja, o Estado é um mal necessário. Lênin chega a dizer que na ditadura do proletariado:

*"(...) não só o direito burguês, mais ainda, o Estado burguês, sem burguesia, subsistem em regime comunista."*

*"Todos os cidadãos tornam-se empregados e operados de um só truste universal de Estado."* (LÊNIN, V.I. Op. Cit. p. 125)

Sinteticamente podemos dizer que os anarquistas viam nas idéias de ditadura do proletariado algo que nada tinha a ver com o caminho próprio da classe trabalhadora para o socialismo:

*"El anarquista considera la dictadura del proletariado una idea burguesa y no una solución en extremo revolucionaria, como se ha dicho, puesto que da paso a la burguesización del socialismo y a la dictadura sobre el proletariado ejercida por una nueva clase dominante (...) Em suma, para un anarquista el socialismo de Marx no es un socialismo cabal por estar infeccionado todavía con pensamiento burguês"* (DE JONG, Rudolf. Op. Cit. p. 8.)